ISSN: 2358-8829

ESCOLAS INDÍGENAS MULTISSERIADAS: FORMAÇÃO CONTINUADA E DESAFIOS DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO TOCANTINS-PA

Estefania Nunes de Souza
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).
Francisca Rodrigues Lopes
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).
Raimundo Nonato de Pádua Câncio
Coorientador – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Indígena constitui um direito dos povos indígenas e deve ser específica, diferenciada, intercultural, bilíngue ou multilíngue e comunitária. Sua realização exige que currículo, calendário, materiais didáticos, gestão e formação docente dialoguem com as línguas, os conhecimentos, as formas de organização social e os projetos coletivos de cada povo. Essa compreensão se distancia de uma história de escolarização marcada pela catequização, pela assimilação e pela integração, e reconhece o protagonismo indígena na apropriação e ressignificação da escola (FERREIRA, 2001; LUCIANO, 2013; BANIWA, 2019).

Embora a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as diretrizes nacionais tenham reconhecido direitos e especificidades da Educação Escolar Indígena, a existência de normas não assegura, por si só, sua efetivação cotidiana (BRASIL, 1988, 1996, 1998, 2012a, 2012b, 2015). Permanecem desafios relacionados à continuidade das políticas, às condições materiais, à autonomia escolar e à distância entre as orientações oficiais e as realidades territoriais. Nesse cenário, a formação continuada de professores constitui dimensão importante para fortalecer práticas pedagógicas contextualizadas e ampliar a participação dos sujeitos indígenas na construção dos processos educativos.

Essas questões tornam-se ainda mais complexas nas escolas multisseriadas, nas quais estudantes de diferentes anos escolares, idades e níveis de aprendizagem compartilham o mesmo espaço e tempo pedagógico. A multisseriação costuma ser interpretada a partir do modelo urbano seriado, como se fosse necessariamente sinônimo de precariedade. Hage

(2006), entretanto, chama atenção para o fato de que muitos dos problemas atribuídos a essa organização decorrem da insuficiência de políticas públicas, de materiais, de apoio pedagógico e de formação específica. A heterogeneidade também pode constituir uma possibilidade de cooperação e aprendizagem, desde que haja condições para seu aproveitamento pedagógico.

É nesse encontro entre formação continuada, Educação Escolar Indígena e organização multisseriada que se situa este estudo. O projeto tem como campo as escolas estaduais indígenas Mê Akre Koyakati e Tôtôtôure Amjitane, localizadas na Terra Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, Pará. A questão orientadora é: quais são os principais desafios enfrentados pelos professores dessas escolas e de que forma a formação continuada atende às demandas decorrentes desse contexto educativo?

O objetivo geral é analisar os desafios enfrentados pelos professores das duas escolas e a contribuição da formação continuada para o atendimento das demandas da multisseriação em contexto indígena. Especificamente, pretende-se caracterizar o funcionamento das escolas em seus aspectos pedagógicos, culturais e organizacionais; identificar desafios do trabalho docente; investigar as ações formativas ofertadas; e analisar as percepções dos professores sobre contribuições, limites e necessidades de aprimoramento dessas ações.

A relevância social da pesquisa está na possibilidade de tornar visíveis as experiências e necessidades formativas dos professores, oferecendo subsídios para ações mais coerentes com as realidades das escolas. No campo acadêmico, o estudo aproxima três áreas frequentemente analisadas de forma separada: formação continuada, Educação Escolar Indígena e multisseriação. Trata-se de uma investigação em desenvolvimento; portanto, este trabalho apresenta a fundamentação e o percurso metodológico proposto, bem como uma discussão teórico-analítica que orientará a leitura dos dados, sem apresentar resultados empíricos ainda não produzidos.

METODOLOGIA

A investigação adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Essa escolha decorre do interesse em compreender experiências, sentidos, percepções e avaliações construídas pelos professores sobre a formação continuada e o trabalho pedagógico em turmas multisseriadas. Na pesquisa qualitativa, a compreensão do fenômeno exige atenção ao contexto social e aos significados atribuídos pelos participantes às experiências vividas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; MINAYO, 2008).

O estudo será realizado nas escolas estaduais indígenas Mê Akre Koyakati e Tôtôtôure Amjitane, situadas na Terra Indígena Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins-PA. Participarão seis professores que atuem regularmente em turmas multisseriadas nas duas unidades. A seleção será intencional, considerando a relação direta dos profissionais com o objeto investigado. Serão incluídos participantes com idade igual ou superior a 18 anos, em exercício docente nas turmas multisseriadas durante o período de produção dos dados e que aceitem participar voluntariamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Serão excluídos profissionais afastados ou que não estejam atuando nesse contexto no período previsto.

A produção dos dados ocorrerá por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos institucionais e pedagógicos cujo acesso e uso sejam autorizados. As entrevistas permitirão abordar trajetórias profissionais, condições de trabalho, organização das turmas, desafios de planejamento e avaliação, experiências de formação continuada e percepções sobre a pertinência das ações formativas. A análise documental contribuirá para contextualizar as narrativas e compreender orientações, objetivos e registros institucionais relacionados às escolas e à formação docente. A pesquisa documental será conduzida de forma sistemática, considerando as condições de produção e o contexto dos documentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

O material produzido será organizado e submetido à análise de conteúdo de orientação temática. A leitura inicial buscará familiarização com o corpus; em seguida, serão identificadas unidades de sentido, agrupadas em categorias analíticas e interpretadas em diálogo com o referencial teórico. A análise combinará categorias sensibilizadoras previamente definidas com abertura para temas que emerjam das narrativas e dos documentos, evitando enquadrar os depoimentos em uma grade rígida. A triangulação entre entrevistas, documentos e literatura será utilizada para ampliar a consistência interpretativa, sem pressupor que as fontes necessariamente expressem uma única perspectiva.

A análise será orientada por quatro eixos: (a) contexto escolar, interculturalidade e organização da multisseriação; (b) desafios do trabalho docente em turmas multisseriadas; (c) formação continuada e pertinência contextual; e (d) contribuições, limites e necessidades formativas. Esses eixos permitirão relacionar experiências individuais às condições institucionais, curriculares, culturais e políticas em que o trabalho docente se realiza.

Por envolver participantes humanos, a produção dos dados deverá observar os procedimentos éticos aplicáveis, incluindo consentimento livre e esclarecido, proteção da identidade, confidencialidade das informações e respeito à decisão de desistir sem prejuízo. O

projeto foi apresentado como pesquisa a ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa; assim, a coleta de dados deverá respeitar a aprovação ética e as autorizações pertinentes antes de seu início, conforme as normas nacionais aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 2012c, 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação articula três eixos: formação continuada em perspectiva intercultural; Educação Escolar Indígena como direito, diferença e autonomia; e organização pedagógica das escolas multisseriadas. Essa articulação permite analisar o trabalho docente sem reduzi-lo a dificuldades individuais, relacionando as experiências dos professores às políticas educacionais, às condições de funcionamento das escolas, aos modelos curriculares e às relações entre conhecimentos.

No campo da formação de professores indígenas, Monte (2000) destaca a importância da especificidade, da diferença, da interculturalidade e da diversidade linguística. Sua contribuição permite compreender que a formação não deve consistir apenas na transmissão de conteúdos definidos externamente. Professores e comunidades precisam ser reconhecidos como sujeitos que interpretam suas realidades, produzem conhecimento sobre a prática e participam da elaboração curricular. A autoria docente, nesse sentido, constitui uma dimensão importante de processos formativos comprometidos com a autonomia.

Fleuri (2018) compreende a interculturalidade como relação entre sujeitos e grupos socioculturais, envolvendo diálogo, conflitos, mediações e relações de poder. Assim, a presença de conteúdos sobre diversidade não garante, por si só, uma prática intercultural. É necessário observar quem define os temas, quais conhecimentos são legitimados e de que modo professores e comunidades participam das decisões. Uma formação intercultural deve criar condições para a escuta e a construção coletiva, articulando conhecimentos acadêmicos e indígenas sem estabelecer uma hierarquia automática entre eles.

A perspectiva de Gersem Baniwa e Gersem Luciano contribui para situar a escola no interior de processos educativos indígenas mais amplos. Luciano (2013) distingue a educação indígena, constituída pelos processos próprios de formação e transmissão de conhecimentos, da Educação Escolar Indígena, instituição introduzida historicamente pelo mundo não indígena e posteriormente apropriada e ressignificada pelos povos. Baniwa (2019) destaca a tensão entre avanços normativos e dificuldades concretas de implementação das políticas. Essas reflexões ajudam a compreender que a qualidade da escola indígena precisa considerar

a história, a realidade contextual e os projetos coletivos de cada povo, bem como a participação comunitária na gestão e na definição dos processos formativos.

A discussão sobre multisseriação é igualmente central. Hage (2006) questiona a adoção da escola urbana seriada como parâmetro universal e mostra que a precarização das escolas multisseriadas está relacionada, entre outros fatores, à insuficiência de políticas, infraestrutura, recursos e apoio pedagógico. A presença de diferentes anos escolares em uma mesma turma pode gerar desafios de planejamento, avaliação e organização do tempo, mas também pode favorecer a colaboração e a circulação de conhecimentos entre estudantes. Para que essa possibilidade se concretize, são necessárias condições institucionais e estratégias pedagógicas adequadas.

Oliveira, Santos e Souza (2017) identificam dificuldades docentes relacionadas à preparação profissional, à elaboração de atividades para diferentes níveis e à escassez de recursos, ao mesmo tempo que reconhecem possibilidades de aprendizagem nas classes multisseriadas. Essa contribuição reforça a necessidade de ações formativas específicas, conectadas às condições reais do trabalho. Em escolas indígenas, tal exigência inclui também o diálogo com as línguas, os conhecimentos, os tempos e as práticas comunitárias.

A síntese teórica que orienta o estudo considera, portanto, a formação continuada como processo situado, intercultural, participativo e vinculado ao trabalho docente. Situado porque deve partir do território e das condições concretas das escolas; intercultural porque reconhece diferentes sujeitos e epistemologias; participativo porque professores e comunidades devem integrar a definição das ações; e vinculado ao trabalho porque precisa dialogar com planejamento, currículo, avaliação, materiais e organização do tempo pedagógico. Essa perspectiva evita responsabilizar individualmente os professores por problemas que também decorrem de políticas e condições institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a pesquisa se encontra em fase de projeto, ainda não há dados empíricos que permitam apresentar resultados de entrevistas ou da análise documental. Assim, esta seção sistematiza os resultados teórico-analíticos da revisão e explicita as dimensões que orientarão a discussão dos dados após sua produção. Essa distinção é necessária para não apresentar expectativas como se fossem achados já verificados.

A primeira dimensão diz respeito ao contexto escolar, à interculturalidade e à organização da multisseriação. O referencial indica que a compreensão das escolas Mê Akre Koyakati e Tôtôtôure Amjitane deverá considerar simultaneamente sua vinculação à rede

estadual, sua inserção na Terra Indígena Mãe Maria e a organização do trabalho em turmas multisseriadas. A análise deverá observar como currículo, planejamento, materiais, gestão do tempo e conhecimentos comunitários se relacionam, sem presumir que as duas escolas apresentem condições idênticas.

A segunda dimensão refere-se aos desafios do trabalho docente. A literatura aponta que a heterogeneidade das turmas pode demandar planejamento para diferentes anos e níveis de aprendizagem, diversificação de atividades e estratégias de avaliação. Entretanto, tais desafios não devem ser interpretados exclusivamente como limitações individuais dos professores. Conforme Hage (2006), é necessário considerar as condições de funcionamento, o acesso a recursos, o apoio pedagógico e a predominância de modelos seriados que nem sempre respondem às realidades das escolas multisseriadas. As entrevistas deverão permitir compreender como esses fatores aparecem no cotidiano das duas unidades e quais estratégias os professores constroem para enfrentá-los.

A terceira dimensão é a pertinência contextual da formação continuada. A revisão teórica sugere que a existência de cursos não é suficiente para avaliar sua contribuição. Será necessário examinar sua regularidade, seus objetivos, conteúdos, metodologias e formas de participação dos professores e das comunidades. A questão central será compreender em que medida as ações formativas dialogam com as demandas concretas da multisseriação e com os princípios da Educação Escolar Indígena. A formação pode ser pouco pertinente quando transfere modelos genéricos sem considerar o território, ou pode favorecer a reflexão profissional quando parte de problemas reais e reconhece os docentes como produtores de conhecimento.

A quarta dimensão envolve contribuições, limites e necessidades formativas. As narrativas dos participantes deverão revelar quais experiências foram consideradas úteis, quais questões permaneceram sem resposta e quais temas demandam aprofundamento. A análise deverá manter abertura para resultados não previstos, inclusive divergências entre professores, documentos institucionais e orientações teóricas. A triangulação das fontes permitirá examinar essas diferenças e evitar conclusões baseadas em uma única perspectiva.

A discussão teórica também evidencia uma tensão importante: a interculturalidade pode funcionar como princípio efetivo de diálogo ou permanecer apenas no discurso institucional. Luciano e Godoy (2017) alertam para o risco de uma interculturalidade que promete diálogo sem transformar relações de poder. Por isso, a investigação deverá observar não apenas se as formações mencionam a cultura indígena, mas se os conhecimentos comunitários participam da definição dos problemas, das metodologias, dos materiais e da

avaliação das ações. Essa questão é especialmente relevante para evitar que os saberes indígenas sejam tratados como exemplos acessórios, em vez de referências legítimas para a produção do conhecimento pedagógico.

Do mesmo modo, reconhecer a heterogeneidade como potencial pedagógico não significa romantizar a multisseriação nem minimizar dificuldades concretas. A colaboração entre estudantes de diferentes anos pode ampliar oportunidades de aprendizagem, mas sua realização depende de planejamento, recursos e condições adequadas. A formação continuada pode contribuir para construir estratégias integradoras, desde que não se limite a exigir que o professor reproduza simultaneamente várias séries em um mesmo espaço.

Desse modo, a principal contribuição desta etapa consiste em construir um quadro de análise que conecta formação docente, autonomia indígena e organização multisseriada. A investigação empírica deverá confirmar, aprofundar, revisar ou contradizer as proposições teóricas aqui apresentadas. Somente após a produção e a análise dos dados será possível afirmar quais desafios são relatados pelos professores participantes e como avaliam as formações de que participaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propõe analisar os desafios enfrentados pelos professores das escolas estaduais indígenas multisseriadas Mê Akre Koyakati e Tôtôtôure Amjitane, localizadas na Terra Indígena Mãe Maria, e compreender a contribuição da formação continuada para o atendimento das demandas desse contexto. A articulação teórica indica que o tema precisa ser abordado pela relação entre condições de trabalho, organização multisseriada, direitos educacionais indígenas, interculturalidade e participação comunitária.

A revisão evidencia que a formação continuada não deve ser avaliada apenas pela quantidade de cursos ou por sua carga horária. Sua pertinência também depende da continuidade, da participação dos sujeitos locais, do reconhecimento dos conhecimentos indígenas e da possibilidade de produzir mudanças nas práticas pedagógicas. Da mesma forma, os desafios da multisseriação não podem ser atribuídos automaticamente a insuficiências individuais dos professores, pois se relacionam às condições institucionais e à adequação das políticas e dos modelos de organização escolar.

Como a pesquisa ainda prevê a produção de dados, não se apresentam conclusões empíricas sobre as experiências dos seis professores. O percurso metodológico proposto permitirá analisar suas narrativas em diálogo com documentos autorizados e com o referencial teórico, respeitando os procedimentos éticos. Espera-se que os resultados futuros contribuam

para identificar necessidades formativas concretas e subsidiar ações mais situadas, dialógicas e coerentes com os princípios da Educação Escolar Indígena e com as especificidades das turmas multisseriadas.

A pesquisa também poderá abrir caminho para novas investigações sobre a participação das comunidades na formação docente, a produção de materiais contextualizados e as estratégias pedagógicas que articulam diferentes anos escolares e conhecimentos indígenas. Seu compromisso é compreender as experiências dos professores em suas condições reais, reconhecendo desafios e possibilidades sem desconsiderar a autonomia dos povos e o direito a uma educação escolar específica e diferenciada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), ao Programa de Pós-Graduação em Educação e às comunidades e profissionais que, mediante as autorizações e a participação voluntária previstas no projeto, poderão contribuir para a realização desta investigação.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas. Brasília, DF: CNE, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 2012c.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: CNS, 2016.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (org.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. p. 71-111.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural e formação de professores. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 87, n. 217, p. 302-312, set./dez. 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para o manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

LUCIANO, Gersem José dos Santos; GODOY, Daniela Bueno de Oliveira Américo de. Educação intercultural: direitos, desafios e propostas de descolonização e de transformação social no Brasil. Cadernos CIMEAC, Uberaba, v. 7, n. 1, p. 12-31, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTE, Nietta Lindenberg. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 111, p. 9-29, dez. 2000.

OLIVEIRA, Franciele Jesus; SANTOS, Willian Lima; SOUZA, Anderson Teixeira de. Entre desafios e possibilidades: práticas docentes desenvolvidas em classes multisseriadas. Revista Científica da FASETE, Paulo Afonso, v. 3, p. 68-83, 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.